

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.739.693 - RN (2018/0107847-2)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AGRAVADO : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ADVOGADOS : PAULO DE SOUZA COUTINHO FILHO E OUTRO(S) - RN002779
FERNANDA RIU UBACH CASTELLO GARCIA - RN004438
DEYWSSON MAYKEL MEDEIROS GURGEL - RN006712
ANNE DANIELLE CAVALCANTE DE MEDEIROS - RN013523
INTERES. : TAIZA TEREZA ARARUNA ROCHA

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DENÚNCIA POR FALSIDADE IDEOLÓGICA E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA EM CONCURSO MATERIAL (ARTS. 288, *CAPUT*, 299, PARÁGRAFO ÚNICO, 61, II, G, E 69, DO CP). TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. RESPONSABILIZAÇÃO DA ADVOGADA PARECERISTA. IMPUTAÇÃO DOS DELITOS SEM INDICAÇÃO DOS ELEMENTOS MÍNIMOS DE PROVA DA ATUAÇÃO OU CONTRIBUIÇÃO DA RECORRIDA NA EMPREITADA CRIMINOSA. IMPUTAÇÃO DO FATO DELITUOSO CONSUBSTANCIANDO-SE EXCLUSIVAMENTE NA FUNÇÃO POR ELA EXERCIDA. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

1. Conforme entendimento desta Corte Superior de Justiça, o regular exercício da ação penal – que já traz consigo uma agressão ao *status dignitatis* do acusado – exige um lastro probatório mínimo para subsidiar a acusação, razão pela qual não basta a mera afirmação de ter havido uma conduta criminosa. A denúncia deve apontar elementos mínimos que sejam capazes de respaldar o início da persecução criminal, sob pena de ofensa à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal.

2. Na hipótese, ausente o requisito indiciário do fato alegadamente criminoso, falta justa causa para a ação penal. A exordial acusatória não trouxe nenhum elemento mínimo de prova da tipicidade das condutas; apenas fez alusão à prática de atos ínsitos à atividade profissional, os quais fazem parte da rotina de um advogado de ente público em âmbito administrativo.

3. *Não comete crime algum quem, no exercício de seu cargo, emite parecer técnico sobre determinada matéria, ainda que pessoas inescrupulosas possam se locupletar as custas do Estado, utilizando-se desse trabalho. Estas devem ser processadas criminalmente, não aquele* (RHC n. 7.165/RO, Ministro Anselmo Santiago, Sexta Turma, DJ 22/6/1998).

4. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de março de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

